

**A COLONIALIDADE DO SABER NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA:
EUROCENTRISMO, FREYRE E FERNANDES E A
DEPENDÊNCIA EPISTEMOLÓGICA**

**THE COLONIALITY OF KNOWLEDGE IN BRAZILIAN
SOCIOLOGY: EUROCENTRISM, FREYRE AND FERNANDES
AND EPISTEMOLOGICAL DEPENDENCE**

Heitor Claro da Silva

Professor do Instituto Federal de Roraima (IFRR) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Atua no Ensino Médio Técnico Integrado e no Ensino superior, nos cursos Tecnológico em Saneamento Ambiental, Tecnológico em Gestão Hospitalar, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física. É coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus Boa Vista, onde também leciona. Integra o grupo de pesquisa em Ciência Política IpeInformação Pública e Eleições, da UnB, no subgrupo de Teoria do Domínio e Cultura Política. Tem produzido pesquisas sobre territorialidades, movimentos sociais, religiosidade, comportamento de corpo civil, adaptabilidade e luta política por moradia.

RESUMO

Este artigo analisa a manifestação da colonialidade do saber e das estruturas epistemológicas eurocêntricas na sociologia brasileira, tomando como estudo de caso as obras de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Parte-se do conceito de *colonialidade do poder* de Aníbal Quijano para investigar como, mesmo em projetos intelectuais antagônicos, o diálogo com o cânone sociológico europeu comporta tanto elementos de subalternidade epistemológica quanto apropriações criativas e subversões ao contexto brasileiro. O objetivo geral é examinar criticamente se esses usos constituem meramente dependência ou se revelam também estratégias autônomas de construção teórica. A metodologia consiste em análise bibliográfica e discussão teórica, confrontando as obras dos sociólogos com o quadro conceitual decolonial. Conclui-se que a sociologia brasileira criou espaços de tensão que desafiam e ressignificam as teorias do Norte Global; porém, a atual *economia do prestígio* acadêmico perpetua estruturas de validação desigual.

PALAVRAS-CHAVE

Colonialidade do Saber; Eurocentrismo; Sociologia Brasileira; Gilberto Freyre; Florestan Fernandes.

ABSTRACT

This article analyzes the manifestation of the colonality of knowledge and Eurocentric epistemological structures in Brazilian sociology, using the works of Gilberto Freyre and Florestan Fernandes as a case study. It starts from Aníbal Quijano's concept of *coloniality of power* to investigate how, even in antagonistic intellectual projects, the dialogue with the European sociological canon entails both elements of epistemological subalternity and creative appropriations and subversions to the Brazilian context. The objective is to critically examine whether these uses merely constitute dependence or also reveal autonomous strategies of theoretical construction. The methodology consists of bibliographic analysis and theoretical discussion, confronting the sociologists' works with the decolonial conceptual framework. It is concluded that Brazilian sociology created spaces of tension that challenge and resignify Global North theories; however, the current academic *prestige economy* perpetuates structures of unequal validation.

KEYWORDS

Coloniality of Knowledge; Eurocentrism; Brazilian Sociology; Gilberto Freyre; Florestan Fernandes.

A COLONIALIDADE DO SABER NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: EUROCENTRISMO, FREYRE E FERNANDES E A DEPENDÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

INTRODUÇÃO

A formação das Ciências Sociais no Brasil é indissociável do processo histórico mais amplo da colonialidade. Como definiu Aníbal Quijano (2005), a colonialidade é a face perpetuada do colonialismo, uma matriz de poder que sobrevive à independência formal das nações e que se funda na hierarquização racial e na subalternização de saberes não europeus. Um de seus pilares centrais é a *colonialidade do saber*, que estabelece a razão ocidental como o único modelo válido de conhecimento, relegando outros modos de conhecer à condição de folclore, crença ou superstição.

Este artigo investiga como estruturas de poder epistemológico se manifestaram na obra de dois dos mais célebres sociólogos brasileiros: Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. A despeito de suas abordagens radicalmente distintas sobre a formação nacional e as relações raciais, ambos os autores dialogaram intensamente com paradigmas teóricos europeus. A questão central é se esse diálogo configura meramente dependência ou se, de maneira mais matizada, envolve apropriações autônomas, subversões epistêmicas e acomodações criativas dessas teorias ao contexto específico brasileiro. A análise proposta vai além do conteúdo de suas ideias, estendendo-se às práticas acadêmicas que regulam validação do conhecimento, como a citação de autoridades, a busca por publicação em revistas do Norte global, e as pressões institucionais que moldam escolhas teóricas. Essa dinâmica também reflete desigualdades de poder duráveis, mas que merecem análise mais nuançada do que a simples condenação como *dependência*.

Para tanto, o artigo está estruturado em três partes principais. Primeiro, analisa-se a obra de Gilberto Freyre, destacando a dialética entre a inovação da temática local e o arcabouço teórico e referencial eurocêntrico. Em seguida, examina-se o projeto sociológico de Florestan Fernandes, que, em sua busca por um rigor científico, adotou modelos teóricos europeus para criticar a sociedade brasileira. Por fim, discute-se como a dinâmica contemporânea de validação acadêmica, centrada na publicação em periódicos

de alto fator de impacto (majoritariamente europeus e norte-americanos), constitui uma moderna expressão dessa mesma colonialidade do saber.

1. GILBERTO FREYRE: A INVENÇÃO DO TRÓPICO SOB A ÉGIDE EUROPEIA

Gilberto Freyre é, paradoxalmente, um dos maiores exemplos dessa ambivalência na sociologia brasileira. Fundador de uma tradição interpretativa que marcaria profundamente as Ciências Sociais no Brasil, sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1933) representou uma genuína reviravolta nas interpretações sobre o Brasil ao elevar a miscigenação e a herança afro-indígena a elementos constitutivos e positivos da formação nacional, em direto combate às correntes racistas científicas dominantes na época. Essa inovação temática foi revolucionária para seu tempo, abrindo espaço para a valorização das culturas não-europeias na narrativa nacional.

No entanto, essa mesma inovação se viu embalada e legitimada por um denso aparato erudito de referências europeias, revelando uma tensão central: embora Freyre interviesse criticamente contra o racismo científico europeu, ainda assim buscava validação epistemológica através das mesmas estruturas de autoridade intelectual que pretendia questionar (PALLARES-BURKE, 2005).

A relação com as citações em Freyre revela camadas complexas dessa negociação epistemológica. Seu texto constrói uma densa teia de referências que vai de Nietzsche a Spencer, dos romancistas ingleses aos historiadores portugueses, funcionando como um mecanismo duplo: simultaneamente legitimação intelectual e construção de autoridade. Conforme análise de Pallares-Burke (2005), Freyre estava engajado em um processo de tradução cultural dessas teorias, apropriando-se criticamente de conceitos para interpretá-los através de perspectiva única.

Por exemplo, sua apropriação de Franz Boas não foi meramente reprodução: enquanto Boas rejeitava o racismo científico em escala universal, Freyre o instrumentalizava para pensar especificamente a miscigenação tropical como experiência singular brasileira. No entanto, simultaneamente, o olhar estrangeiro — a citação do cânone europeu — opera como carimbo de qualidade intelectual, validando perante público internacional aquilo que poderia ser visto como meramente local.

Essa operação epistemológica tem custo: Freyre, conforme crítica posterior de Giucci (2007), romantiza relações de domínio racial ao enquadrá-las através de vocabulário eurocêntrico de *encontro cultural* e *harmonia*, minimizando a violência constitutiva da escravidão e da subalternização. Assim, sua subversão da hierarquia racial europeia ocorre paradoxalmente reforçando outra hierarquia: a do conhecimento legítimo como aquele que vem referendado pelo cânone europeu.

Sua formação sob Franz Boas nos Estados Unidos, um dos centros hegemônicos do saber antropológico, também o situa nesse circuito de dependência. Apesar de Boas ser um crítico do racismo científico, sua antropologia representava a ciência institucionalizada do centro. Freyre, assim, buscou sintetizar um olhar aparentemente localista com um método e um repertório legitimados pelo mundo acadêmico anglo-eurocêntrico. O resultado foi uma obra que, ao mesmo tempo que descolonizava o imaginário racial, reafirmava a hierarquia epistemológica, pois a verdade sobre o Brasil precisava ser consagrada por um método e por citações que vinham de fora (ALMEIDA, 2019).

Ademais, é importante ressaltar a forma como Freyre minimizava em sua obra a escravidão e as relações da Casa Grande com a Senzala. O vocabulário freyreano transforma relações de violência e dominação em dinâmicas aparentemente consensuais e afetivas. Em passagem emblemática, Freyre (2003) descreve o que chama de zonas de confraternização entre vencedores e vencidos:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa (FREYRE, 2003:396).

Nessa formulação, mulheres afastadas de seus filhos, submetidas a trabalho forçado e a violência sexual, são apresentadas como amas de leite e primeiras amantes, de modo que a coerção se torna condicionamento negociado. A escravidão é, assim, linguisticamente dissolvida em intimidade doméstica (ALMEIDA, 2019).

A operação epistemológica de Freyre criou, assim, um paradigma duradouro na sociologia brasileira: a ideia de que interpretar o Brasil exigia, necessariamente, mobilizar conceitos e referências do cânone europeu. Seu êxito editorial e acadêmico assegurou que gerações seguintes reproduzissem o mesmo padrão, crendo que a legitimidade de suas

descobertas dependia de serem enquadradas em tradições teóricas estrangeiras. A ambivalência de seu projeto — genuinamente inovador no conteúdo, mas estruturalmente dependente na forma — ilustra a profundidade dos padrões epistemológicos coloniais: mesmo quando o objeto de estudo é radicalmente local, a linguagem de análise precisa vir de fora para ser reconhecida como conhecimento. É essa herança que marca a sociologia brasileira desde sua fundação e que se estende, como veremos, ao projeto de Florestan Fernandes, ainda que por caminhos distintos.

2. FLORESTAN FERNANDES: A CIÊNCIA EUROPEIA COMO FERRAMENTA DE CRÍTICA DA PERIFERIA

Se em Freyre o eurocentrismo está disperso no método e no repertório erudito, refletindo sua origem social de elite colonial, em Florestan Fernandes ele se cristaliza no projeto de uma sociologia científica nos moldes europeus e norte-americanos (MICELI, 2001). Como fundador da Escola Sociológica Paulista e arquiteto da profissionalização da sociologia no Brasil, Florestan foi figura absolutamente central para a institucionalização das Ciências Sociais brasileiras (ARRUDA, 1995).

Seu rigor metodológico e seu compromisso com a crítica social marcaram gerações de pesquisadores. Porém, sua própria epistemologia pressupunha que o desenvolvimento, a modernidade e as formas de democracia liberal eram paradigmas a alcançar, fixos e universais. Desse modo, Florestan via no arcabouço teórico weberiano e marxista europeu o instrumental capaz de superar o que conceituava como *atraso* intelectual e social no Brasil. Suas categorias analíticas, importadas de centros hegemônicos, estruturavam uma compreensão das relações sociais pré-modernas brasileiras em contraste com a modernidade europeia como horizonte a ser atingido (BOMFIM, 2016).

Em sua obra magna, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), Florestan desmonta o mito da democracia racial freyreana através de pesquisa empírica rigorosa. Ele argumenta que a abolição não produziu integração, mas inserção precária de negros em sociedade de classes já estruturalmente desigual. Nesse gesto, Florestan executava crítica radical ao *establishment* intelectual brasileiro.

No entanto, conforme análise de Miceli (2001) e Arruda (1995), as próprias categorias que Florestan mobiliza — *capitalismo*, *luta de classes*, *racismo* — são importadas do cânone marxista e weberiano europeu. Sua crítica é ferrenha, mas o instrumental teórico dessa crítica é estrangeiro. Um exemplo específico: quando Florestan analisa o padrão de integração brasileiro, pressupõe implicitamente que a modernidade capitalista europeia é o horizonte a ser atingido; ele não questiona se essa moldura conceitual é adequada para pensar a experiência afro-brasileira.

Assim, seu paradoxo é inverso ao de Freyre: enquanto Freyre criava inovação temática sob legitimação europeia, Florestan operava com rigor crítico europeu para questionar mitos brasileiros, mas permanecia preso à epistemologia que estruturava essas categorias. Conforme demonstra Bomfim (2016), mesmo quando Florestan propõe *revolução democrática* como caminho, essa revolução tem modelo europeu e norte-americano, não emergindo de processos históricos e resistências negras brasileiras.

Florestan acreditava que a modernização capitalista, seguindo um modelo europeu, levaria à superação do preconceito através da luta de classes (SANTOS, 2017). Seu eurocentrismo não era celebratório, como em parte da obra de Freyre, mas projetivo: a Europa representava o futuro possível e desejável para o Brasil, um futuro de modernidade capitalista e de cidadania onde as barreiras raciais seriam suplantadas pela luta de classes. Ou ainda, pelo desenvolvimento e modernidade do tipo capitalista autônomo e avançado, do tipo europeu.

Essa perspectiva fica explícita quando Florestan, ao diagnosticar o dilema racial brasileiro, toma como parâmetro normativo a sociedade de classes capitalista de modelo europeu:

Enquanto tal dilema subsistisse, mesmo o padrão de democracia inerente à sociedade de classe numa economia capitalista seria impraticável. Ocorria uma perversão insidiosa do regime, que trazia consigo riscos potenciais para a diferenciação e o equilíbrio da ordem social competitiva (FERNANDES, 2008, cap. I).

A formulação revela o pressuposto central: o horizonte emancipatório é o da ordem social competitiva – categoria fundada na experiência europeia de modernização capitalista. O racismo aparece como obstáculo à plena realização desse modelo, não como produto de uma estrutura colonial própria que demandaria categorias endógenas para ser compreendida.

Ao enquadrar a questão racial exclusivamente pela lógica da integração de classes, Florestan tornava invisíveis formas de organização social que não se ajustavam às categorias europeias. Comunidades negras haviam desenvolvido redes próprias de solidariedade, auxílio mútuo e resistência cultural que existiam fora da lógica da luta de classes ou da integração capitalista. Terreiros, irmandades, quilombos urbanos e movimentos culturais constituíam espaços de produção de saber e de sociabilidade que o aparato teórico florestaniano não lograva captar em toda a sua complexidade, justamente porque o instrumental analítico disponível havia sido forjado para compreender processos históricos europeus. Essas formas de organização não eram resíduos de um passado pré-moderno, mas respostas criativas e contemporâneas à exclusão estrutural. Dessa forma, a experiência vivida das populações de origem africana era filtrada por categorias que pressupunham trajetórias históricas europeias como único quadro inteligível para a compreensão da mudança social, reproduzindo, no plano teórico, o apagamento epistemológico que Florestan buscava combater no plano político.

Este projeto modernizante, portanto, mesmo em sua vertente crítica, permanecia cativo de uma epistemologia que situava a Europa no topo de um processo histórico linear e universal, do qual o Brasil era uma versão tardia e desviante. Terminologias como *desenvolvimento tardio* e *modernização retardatária*, entre outras, fizeram parte de uma geração inteira de sociólogos brasileiros e latino-americanos. Era a busca de uma sociedade europeia nos trópicos. O debate não ocorria a partir das relações locais para com as situações particulares, nem muito menos dos povos nativos e dos aqui abrigados, à luz do escravismo ou do trabalho livre, mas sim, sobretudo, dos colonos nostálgicos de um mundo que nunca foi deles.

3. A DEPENDÊNCIA EPISTEMOLÓGICA E A ECONOMIA DO PRESTÍGIO ACADÊMICO

A colonialidade do saber não se restringe ao conteúdo dos textos, mas se materializa nas práticas acadêmicas que regulam o prestígio e a circulação do conhecimento. A pressão contemporânea por publicação em revistas de alto impacto, majoritariamente localizadas no eixo Europa-EUA, é a face moderna dessa dependência. Publicar em revistas europeias ou norte-americanas, citar autores estadunidenses ou europeus, ou ainda enfrentar a dificuldade de criar alternativas de publicação endógena

— seja sobre problemas locais, seja em anais próprios para o público interno — são expressões cotidianas dessa colonialidade.

Essa estrutura é reforçada por políticas de financiamento e avaliação que privilegiam publicações indexadas em bases do Norte Global. No Brasil, agências como CAPES e CNPq, ao exigirem publicações em revistas com alto fator de impacto, majoritariamente controladas por editoras comerciais que cobram acesso, canalizam pesquisadores para circuitos hegemônicos. Internacionalmente, agências financiadoras como o *European Research Council* (ERC) e a *National Science Foundation* (NSF) adotam critérios semelhantes, criando um sistema global que premia conformidade ao cânone europeu e norte-americano.

No entanto, resistências vêm se organizando. Movimentos de acesso aberto como o SciELO, projeto latino-americano que democratiza a publicação científica da região, e o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), que cataloga mais de 17 mil periódicos abertos, representam tentativas de dismantelar essa estrutura. O *Plan S*, iniciativa europeia que exige que pesquisa financiada publicamente seja de acesso aberto, também questiona o modelo comercial. Paralelamente, o Manifesto de Leiden (2015) critica a obsessão por métricas de impacto e propõe avaliação mais qualitativa e contextualizada da pesquisa. Esses movimentos, ainda que incipientes, sinalizam possibilidades de futuros alternativos onde o conhecimento circule de forma menos hierarquizada.

Autores brasileiros, em uma espécie de condicionamento social que ocorre por vários meios, para obterem reconhecimento e ascenderem na carreira, são incentivados a construir produção científica alinhada a agendas teóricas, epistemológicas e temáticas de grandes periódicos internacionais ou de centros europeus e norte-americanos de pesquisa e difusão científica. São igualmente incentivados a citar autores do pensamento anglicista e europeu, epistemologias do centro hegemônico, criando um ciclo de referencialidade focada no Norte Global que marginaliza pensadores periféricos.

A questão linguística é igualmente relevante. Mesmo as colonizações que buscaram apagar as línguas locais impuseram o inglês para além das línguas europeias postas durante os ciclos coloniais. Escrever em português e discutir problemas de relevância estritamente local pode parecer provinciano diante de temas euroatlânticos

redigidos em inglês. A hegemonia do inglês como língua acadêmica não é neutra: ela determina quais conceitos circulam globalmente e quais permanecem confinados a audiências locais. Um artigo sobre quilombos ou sobre relações raciais na periferia de São Paulo, redigido em português, dificilmente alcançará o mesmo prestígio que um texto em inglês sobre segregação racial nos Estados Unidos, ainda que ambos tratem de fenômenos análogos. A língua funciona, portanto, como mais um mecanismo de hierarquização epistemológica, ao lado dos índices de impacto e dos critérios de revisão por pares.

Essa dinâmica cria o que Boaventura de Sousa Santos (2018) chama de *ecologia dos saberes*, onde saberes não hegemônicos são sistematicamente suprimidos, diminuídos e legados a realidades locais, provincianizados. A *economia do prestígio* acadêmico funciona como um sistema de validação que perpetua a hierarquia colonial: o centro produz a teoria universal, e a periferia fornece os dados e os estudos de caso que testam e aplicam essas teorias oriundas do Norte Global.

A busca por publicação em revistas do Norte Global não é um simples imperativo de qualidade; é uma relação de prestígio na hierarquia das relações de sociabilidade acadêmica. Trata-se de um rito de passagem que reforça a subalternidade epistemológica da produção científica da periferia. O pesquisador brasileiro, ao buscar o selo de qualidade da *review* estrangeira, está reproduzindo, no plano institucional, o mesmo gesto de Freyre e Florestan: a necessidade de ser avaliado pela metrópole para ser ouvido, mesmo quando o assunto é sua própria realidade (GOMES, 2021). Ser avaliado é ter prestígio, é produzir para quem poderia reconhecer a sua metodologia e o seu objeto de análise: o exótico periférico.

Santos identifica nessa hierarquia acadêmica a operação continuada do que denomina pensamento abissal, cujo funcionamento depende de pressupostos epistemológicos naturalizados como universais:

Tal como no caso das epistemologias do Sul, não existe uma epistemologia do Norte única – existem várias, embora alguns dos seus pressupostos básicos sejam, regra geral, os mesmos: prioridade absoluta dada à ciência como conhecimento rigoroso; rigor, entendido como determinação; universalismo, entendido como sendo uma especificidade da modernidade ocidental; verdade, entendida como a representação do real; uma distinção entre sujeito e objeto, o que conhece e o que é conhecido (SANTOS, 2018:24).

São precisamente esses pressupostos que estruturam os critérios de avaliação por pares nas revistas do Norte Global, determinando o que conta como rigor, como contribuição teórica e como conhecimento válido. O pesquisador brasileiro que submete seu trabalho a esse circuito aceita, implicitamente, que os parâmetros de validação sejam definidos por uma epistemologia que se apresenta como neutra, mas que opera segundo a lógica da linha abissal: do lado de cá, o conhecimento reconhecido; do lado de lá, o saber periférico à espera de chancela.

Essa lógica produz efeitos concretos sobre as trajetórias acadêmicas no Brasil. Jovens pesquisadores aprendem, desde a pós-graduação, que o reconhecimento profissional depende de publicar em periódicos internacionais indexados, citar majoritariamente autores do Norte Global e formular seus problemas de pesquisa nos termos aceitos por esse circuito. O resultado é uma produção intelectual que frequentemente traduz realidades brasileiras em categorias alheias, não por escolha deliberada, mas por uma socialização acadêmica que naturaliza essa hierarquia como sinônimo de excelência. A consequência mais profunda desse processo não é apenas a invisibilização de pensadores periféricos nas bibliografias, mas a conformação das próprias perguntas de pesquisa: questões que não se enquadram nos debates correntes das revistas do Norte simplesmente deixam de ser formuladas, porque não encontram espaço institucional para existir. Dessa forma, a colonialidade do saber opera não apenas como filtro de validação, mas como mecanismo de produção do silêncio epistemológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das obras de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, à luz da colonialidade do saber, revela que a sociologia brasileira, desde a sua fundação, luta para encontrar uma voz autônoma em um campo intelectual global dominado por paradigmas eurocêntricos. Freyre buscou uma originalidade temática, mas a recobriu com a autoridade da erudição europeia, perpetuando um matiz colonial de poder. Florestan adotou a teoria europeia como ferramenta de crítica social, mas o fez dentro de um projeto de modernização que tomava a Europa como modelo — e essa modernidade é, em si mesma, uma categoria importada.

A sociedade contemporânea herdou esse dilema, transformando-o em uma prática sistêmica de validação do conhecimento que privilegia o circuito acadêmico do Norte Global. A descolonização epistemológica, portanto, não implica a rejeição pura e simples de toda a teoria produzida na Europa ou na América do Norte. Mais profundamente, ela exige questionarmos o que significaria uma epistemologia independente desses eixos. Talvez a questão não seja alcançar independência absoluta, mas desenvolver autonomia reflexiva: a capacidade de dialogar criticamente com o cânone, de traduzi-lo através de lentes próprias, de reconhecer que não há conhecimento completamente livre de influências externas.

Autonomia reflexiva significa, nesse contexto, reconhecer que o uso de categorias como classe, modernização ou democracia não precisa ser descartado, mas precisa ser submetido a interrogação permanente sobre seus limites quando aplicado a realidades forjadas pela experiência colonial. Significa, também, que a sociologia brasileira pode e deve produzir conceitos próprios a partir de sua experiência histórica particular — não como gesto de isolamento intelectual, mas como contribuição legítima ao pensamento social global. O desafio, portanto, não é apenas epistemológico: é institucional. Envolve transformar as práticas de avaliação acadêmica, valorizar publicações em português e em outras línguas do Sul, fomentar circuitos de circulação do conhecimento que não reproduzam a assimetria centro-periferia, e reconhecer que pensar desde a periferia é uma posição epistêmica, não uma deficiência a ser corrigida.

Uma descolonização epistemológica efetiva buscaria, assim, não o isolamento, mas uma construção teórica enraizada nas necessidades, saberes e territorialidades locais, que dialogue com referências globais sem se subalternizar diante delas. Somente ao enfrentar essas estruturas profundas de poder-saber, tanto em sua dimensão epistemológica quanto em suas estruturas materiais, a sociologia brasileira poderá não apenas interpretar o Brasil com mais fidelidade, mas também contribuir de forma verdadeiramente simétrica para as ciências sociais mundiais. Assim, as necessidades locais, as epistemologias nativas, indígenas e as epistemologias negras amefricanas poderiam ser um contributo para um desenvolvimento de novo tipo, pensado desde as urgências de quem vive no Brasil e dela depende, não como aplicação de modelos externos, mas como criação original enraizada em territorialidades e saberes próprios. O

caminho para essa autonomia não está no futuro: ele se constrói em cada escolha teórica, em cada citação bibliográfica, em cada decisão sobre em que língua e para que público se escreve. Reconhecer a colonialidade que nos atravessa é o primeiro passo para superá-la.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra. *Gilberto Freyre: entre o genial e o genérico*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ARRUDA, Maria Arminda do. *A Modernidade Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BOMFIM, Ana Paula. *Florestan Fernandes e as Ciências Sociais: Engajamento, Fidelidade e Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: no limiar de uma nova era*. v. 2. São Paulo: Globo, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2003 [1933].
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do Maravilhoso: O Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Tiago. *A Circulação Internacional do Pensamento Social Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.
- MANIFESTO DE LEIDEN. *Measuring Science for Policy and Research Evaluation*. Leiden: Centro de Estudos em Ciência e Tecnologia, 2015.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: Um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- PLAN S. *Accelerating the transition to full and immediate Open Access to Scientific Publications*. European Research Council, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.



- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SANTOS, Renato. *Florestan Fernandes e o Projeto Democrático no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SCIELO. *Scientific Electronic Library Online*. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 2025.